

# Termo de Referência 83/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
83/2024	154044-FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL /AC	JANIO DA CUNHA BASTOS	13/05/2025 17:56 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23107.014053 /2024-09

## 1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviços especializados e fornecimento de materiais para identificação visual externa e interna, além de serviços gráficos em geral, sob demanda, para atendimento das necessidades da Universidade Federal do Acre (UFAC), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, a ser realizado via licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR por Sistema de Registro de Preços - SRP, na hipótese do art. 40 Inc. II e nas condições PREÇO, do art. 82 parágrafo 5º, ambos da Lei nº14.133 /2021, e previstas no Art. 3º,Inc. II, do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023.

LOTE 01 - SERVIÇOS E MATERIAIS DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL - RIO BRANCO (plotagem, banners, faixas, painéis, placa de acrílico, placa em inox inauguração outdoor e outros)							
ITEM	CATMAT/ CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. MAX.	QUANT. MÍN.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	390473	Banner em lona: tamanho 0,90x1,20m, impressão 4 cores, fotos, tiragem mínima 01 unidade.	Unid.	500	300	R\$ 47,74	R\$ 23.870,00
2	17906	Faixa em lona: tamanho 1,00x3,00m, impressão 4 cores, fotos, instalada, tiragem mínima 01 unidade.	Unid.	150	100	R\$ 130,00	R\$ 19.500,00
3	474201	Backdrop 2x2 com estrutura desmontável, em metalon 30x30 e 30x20 galvanizado em chapa 18, incluso a lona com gramatura de 440gr conforme arte solicitada pelo contratante	Unid.	50	30	R\$ 440,68	R\$ 22.034,00
4	467056	Backdrop 3x4 com estrutura desmontável, em metalon 30x30 e 30x20 galvanizado em chapa 18, incluso a lona com	Unid.	10	7	R\$ 562,36	R\$ 5.623,60

		gramatura de 440 gr conforme arte solicitada pelo contratante						
5	25062	Estrutura metálica em metalon 4x30 chapa 18 galvanizada, a estrutura deverá ser produzida conforme arte encaminhada pelo contratante.	M2	300	150	R\$ 136,40	R\$ 40.920,00	
6	607284	Lona com gramatura de 440gr, impressa em 4X0 cores, conforme arte encaminhada pelo contratante, incluso ilhóis ou velcro.	M2	1000	700	R\$ 94,90	R\$ 94.900,00	
7	398007	Lona com gramatura de 320gr, impressa em 4X0 cores, conforme arte encaminhada pelo contratante, incluso ilhóis ou velcro	M2	1000	700	R\$ 42,66	R\$ 42.660,00	
8	607601	Outdoor com 30% de fotos, 4 cores com veiculação na cidade de Rio Branco/AC, instalado, tiragem mínima 2 (duas) unidade.	Unid.	20	18	R\$ 464,63	R\$ 9.292,60	
9	5452	Placa de identificação: Placas em acrílico de 4mm, com adesivo para fixar com parafuso e prolongador identificação de salas, 4 cores, tamanho 60x100cm, instalada, tiragem mínima 2 (duas) unidade.	Unid.	50	45	R\$ 256,15	R\$ 12.807,50	
10	5452	Placa de identificação: Placas em acrílico em 4mm com adesivo para fixar com parafuso e prolongador identificação de salas, 4 cores, tamanho 30x20 cm, instalada, tiragem mínima 2 (duas) unidade.	Unid.	300	200	R\$ 69,58	R\$ 20.874,00	
11	5452	Material de acrílico transparente cortado a laser em 6mm, adesivada ou letras em alto relevo, produzido de acordo com layout encaminhado pela contratante	M2	400	200	R\$ 537,34	R\$ 214.936,00	
12	5452	Placa de identificação: Placas em acrílico: com adesivo para fixar ou parafuso identificação de salas, 4 cores, tamanho 100x150cm, instalada, tiragem mínima 5 (cinco) unidade.	Unid.	80	60	R\$ 564,38	R\$ 45.150,40	
13	251955	Placa de identificação em aço corrosivo, instalada produzida conforme arte encaminhada	M2	15	13	R\$ 898,33	R\$ 13.474,95	
14	450707	Placa de bronze letras e logomarca em auto relevo para inauguração, com letras e logomarca da UFAC, medindo 60 X 45 cm; tiragem mínima 1 (uma) unidade.	Unid.	5	3	R\$ 889,98	R\$ 4.449,90	

15	269108	Placa em chapa galvanizada 18, adesivada com adesivo refletivo sem instalação.	M2	20	17	R\$ 353,94	R\$ 7.078,80
16	306371	Placa em chapa galvanizada 18, adesivada + instalação com duas bases em metalon galvanizado n3030, chumbada no chão.	M2	20	17	R\$ 887,50	R\$ 17.750,00
17	269108	Placa em chapa galvanizada 18, adesivada com adesivo refletivo + instalação com tubo galvanizado de 2 polegadas, chumbada no chão.	M2	20	17	R\$ 769,28	R\$ 15.385,60
18	602409	Placa em chapa galvanizada 18, adesivada com base em madeira pintada de piche sem instalação.	M2	20	17	R\$ 690,00	R\$ 13.800,00
19	17906	Faixa em lona com ilhóis, impressão 4x4 cores, fotos, instalada, triagem mínima 1M²;	Unid.	50	45	R\$ 278,00	R\$ 13.900,00
20	603277	Banner em lona com ilhóis e metalon tamanho 100 x 300 cm, impressão 4 cores, fotos, instalada, tiragem mínima 01 unidade;	Unid.	50	45	R\$ 720,54	R\$ 36.027,00
21	619585	Placas em lona com metalon, impressão 4x4 cores, fotos, instalada, tiragem mínima 01 unidade;	Unid.	200	100	R\$ 282,60	R\$ 56.520,00
22	477580	Backdrop 250x200cm com estrutura desmontável, em metalon 30x30 e 30x20 galvanizado em chapa 18, incluso a lona com gramatura de 440gr conforme arte solicitada pelo contratante;	M2	5	4	R\$ 790,00	R\$ 3.950,00
23	17906	Faixa em lona 150x50cm, impressão 4 cores, fotos, instalada, tiragem mínima 01 unidade;	Unid.	100	50	R\$ 74,22	R\$ 7.422,00
24	456125	Letra Caixa em PVC expandido de 20mm. Tamanho e formato e fonte das letras a ser fornecido pela UFAC. Fixação das letras deverá ser de responsabilidade do fornecedor com todos os acessórios que se fizerem necessário. Pintura das letras com tinta automotiva conforme layout a ser fornecido. Prazo de entrega e instalação: até 10 (dez) dias consecutivos, unidade em M².	M2	200	100	R\$ 200,00	R\$ 40.000,00
		Totem dupla face, (adesivado) em ACM sobre ACM e estrutura					

25	474936	em metalon, com adesivo vinílico impresso em cores e letreiro em adesivo e letra caixa em PVC expandido de 20mm com pintura automotiva. Tamanho da placa: 85 cm x 300 cm. Cores: conforme layout fornecido pela UFAC. Formato das letras: o texto e a fonte deverão seguir o layout fornecido pela UFAC. Fixação do totem: Parafusada e chumbada. Prazo máximo de entrega e instalação: até 10 (dez) dias consecutivos.	Unid.	100	50	R\$ 4.979,00	R\$ 497.900,00
26	5452	Placa em acrílico / Aérea indicativa (Parafusada, gancho, linha nylon) Material: PVC Espessura da chapa: 4mm, adesivada conforme layout fornecido pela UFAC. Material do desenho e dos textos: adesivo transparente espelhado, em cores. Formato das letras: o texto da placa e a fonte deverão seguir o layout fornecido pela UFAC. Tamanho das letras: variável, de acordo com layout fornecido pela UFAC e tamanho da placa. Fixação da placa: por meio de linha nylon e parafusos, gancho (os parafusos e porcas deverão ser fornecidos junto com as placas, que já deverão vir furadas conforme indicação no layout). Prazo máximo de entrega e instalação: até 05 (cinco) dias consecutivos.	M2	100	50	413	R\$ 41.300,00
27	5452	Placa indicativa dos setores, Material: PVC Espessura da chapa: 4mm. Tamanho da placa: A ser fornecido pela UFAC. Cores conforme layout fornecido pela UFAC. Material do desenho e dos textos: adesivo transparente espelhado, em cores. Formato das letras: o texto da placa e a fonte deverão seguir o layout fornecido pela UFAC. Tamanho das letras: variável, de acordo com layout fornecido pela UFAC e tamanho da placa. Fixação da placa por fita dupla face 3m. Prazo máximo de entrega e instalação: até 05 (cinco) dias consecutivos.	M2	100	50	416,78	R\$ 41.678,00

28	18961	Adesivo: 4 cores, por metro quadrado com, instalação, tiragem mínima 1 m²	M2	4000	3000	44,31	R\$ 177.240,00
29	10030	Camisetas (camisa) em malha 33% de poliéster e 67% viscose não inferior a 190 gramas, cores variadas, com impressão em serigrafia policromia, frente, costa e mangas. Tiragem mínima 10 (dez) unidades.	Unid.	500	400	63,9	R\$ 31.950,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO - LOTE 01</b>							<b>R\$ 1.572.394,35</b>
<b>LOTE 02 - SERVIÇOS E MATERIAIS DE IDENTIFICAÇÃO VISUAL - CRUZEIRO DO SUL (plotagem, banners, faixas, painéis, placa de acrílico, placa em inox inauguração outdoor e outros)</b>							
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. MAX.	QUANT. MÍN.	V. UNIT.	V. TOTAL
30	390473	Banner em lona: tamanho 90 x 120 cm, impressão 4 cores, fotos, tiragem mínima 01 unidade.	Unid.	500	300	R\$ 47,74	R\$ 23.870,00
31	17906	Faixa em lona: tamanho 100 x 300 cm, impressão 4 cores, fotos, instalada, tiragem mínima 01 unidade.	Unid.	150	100	R\$ 130,00	R\$ 19.500,00
32	474201	Backdrop 200 x 200 cm com estrutura desmontável, em metalon 30x30 e 30x20 galvanizado em chapa 18, incluso a lona com gramatura de 440gr conforme arte solicitada pelo contratante	Unid.	50	30	R\$ 440,68	R\$ 22.034,00
33	467056	Backdrop 300x400 cm com estrutura desmontável, em metalon 30x30 e 30x20 galvanizado em chapa 18, incluso a lona com gramatura de 440 gr conforme arte solicitada pelo contratante	Unid.	10	7	R\$ 562,36	R\$ 5.623,60
34	25062	Estrutura metálica em metalon 4x30 chapa 18 galvanizada, a estrutura deverá ser produzida conforme arte encaminhada pelo contratante.	M2	300	150	R\$ 136,40	R\$ 40.920,00
35	607284	Lona com gramatura de 440gr, impressa em 4X0 cores, conforme arte encaminhada pelo contratante, incluso ilhóis ou velcro.	M2	1000	700	R\$ 94,90	R\$ 94.900,00
36	398007	Lona com gramatura de 320gr, impressa em 4X0 cores, conforme arte encaminhada pelo contratante, incluso ilhóis ou velcro	M2	1000	700	R\$ 42,66	R\$ 42.660,00
37	607601	Outdoor com 30% de fotos, 4 cores com veiculação na cidade de Cruzeiro do Sul/AC,	Unid.	10	8	R\$ 464,63	R\$ 4.646,30

		instalado, tiragem mínima 2 (duas) unidades.					
38	5452	Placa de identificação: Placas em acrílico de 4mm, com adesivo para fixar com parafuso e prolongador identificação de salas, 4 cores, tamanho 60x100cm, instalada, tiragem mínima 2 (duas) unidades.	Unid.	50	45	R\$ 256,15	R\$ 12.807,50
39	5452	Placa de identificação: Placas em acrílico em 4mm com adesivo para fixar com parafuso e prolongador identificação de salas, 4 cores, tamanho 30x20cm, instalada, tiragem mínima 2 (duas) unidades.	Unid.	300	200	R\$ 69,58	R\$ 20.874,00
40	5452	Material de acrílico transparente cortado a laser em 6mm, adesivado ou letras em alto relevo, produzido de acordo com layout encaminhado pela contratante	M2	400	300	R\$ 537,34	R\$ 214.936,00
41	5452	Placa de identificação: Placas em acrílico: com adesivo para fixar ou parafuso identificação de salas, 4 cores, tamanho 100x150cm, instalada, tiragem mínima 5 (cinco) unidades.	Unid.	80	50	R\$ 564,38	R\$ 45.150,40
42	251955	Placa de identificação em aço corrosivo, instalada produzida conforme arte encaminhada	M2	15	10	R\$ 898,33	R\$ 13.474,95
43	450707	Placa de bronze letras e logomarca em auto relevo para inauguração, com letras e logomarca da UFAC, medindo 60 X 45 cm; tiragem mínima 1 (uma) unidade.	Unid.	15	10	R\$ 889,98	R\$ 13.349,70
44	269108	Placa em chapa galvanizada 18, adesivada com adesivo refletivo sem instalação.	M2	20	15	R\$ 353,94	R\$ 7.078,80
45	306371	Placa em chapa galvanizada 18, adesivada + instalação com duas bases em metalon galvanizado n3030, chumbada no chão.	M2	20	15	R\$ 887,50	R\$ 17.750,00
46	269108	Placa em chapa galvanizada 18, adesivada com adesivo refletivo + instalação com tubo galvanizado de 2 polegadas, chumbada no chão.	M2	20	15	R\$ 769,28	R\$ 15.385,60
47	602409	Placa em chapa galvanizada 18, adesivada com base em madeira pintada de piche sem instalação.	M2	20	15	R\$ 690,00	R\$ 13.800,00

48	17906	Faixa em lona com ilhóis, impressão 4x4 cores, fotos, instalada, triagem mínima 1M²;	Unid.	20	15	R\$ 278,00	R\$ 5.560,00
49	603277	Banner em lona com ilhóis e metalon tamanho 100 x 300 cm, impressão 4 cores, fotos, instalada, tiragem mínima 01 unidade;	Unid.	20	15	R\$ 720,54	R\$ 14.410,80
50	619585	Placas em lona com metalon, impressão 4x4 cores, fotos, instalada, tiragem mínima 01 unidade;	Unid.	100	80	R\$ 282,60	R\$ 28.260,00
51	477580	Backdrop 250x200cm com estrutura desmontável, em metalon 30x30 e 30x20 galvanizado em chapa 18, incluso a lona com gramatura de 440gr conforme arte solicitada pelo contratante;	M2	5	3	R\$ 790,00	R\$ 3.950,00
52	17906	Faixa em lona 150x50cm, impressão 4 cores, fotos, instalada, tiragem mínima 01 unidade;	Unid.	100	80	R\$ 74,22	R\$ 7.422,00
53	456125	Letra Caixa em PVC expandido de 20mm. Tamanho e formato e fonte das letras a ser fornecido pela UFAC. Fixação das letras deverá ser de responsabilidade do fornecedor com todos os acessórios que se fizerem necessário. Pintura das letras com tinta automotiva conforme layout a ser fornecido. Prazo de entrega e instalação: até 10 (dez) dias consecutivos, unidade em M².	M2	200	100	R\$ 200,00	R\$ 40.000,00
54	474936	Totem dupla face, (adesivado) em ACM sobre ACM e estrutura em metalon, com adesivo vinílico impresso em cores e letreiro em adesivo e letra caixa em PVC expandido de 20mm com pintura automotiva. Tamanho da placa: 85 cm x 300 cm. Cores: conforme layout fornecido pela UFAC. Formato das letras: o texto e a fonte deverão seguir o layout fornecido pela UFAC. Fixação do totem: Parafusada e chumbada. Prazo máximo de entrega e instalação: até 10 (dez) dias consecutivos.	Unid.	100	50	R\$ 4.979,00	R\$ 497.900,00
		Placa em acrílico / Aérea indicativa (Parafusada, gancho, linha nylon) Material:					

55	5452	PVC Espessura da chapa: 4mm, adesivada conforme layout fornecido pela UFAC. Material do desenho e dos textos: adesivo transparente espelhado, em cores. Formato das letras: o texto da placa e a fonte deverão seguir o layout fornecido pela UFAC. Tamanho das letras: variável, de acordo com layout fornecido pela UFAC e tamanho da placa. Fixação da placa: por meio de linha nylon e parafusos, gancho (os parafusos e porcas deverão ser fornecidos junto com as placas, que já deverão vir furadas conforme indicação no layout). Prazo máximo de entrega e instalação: até 10 (dez) dias consecutivos.	M2	100	50	413	R\$	41.300,00
56	5452	Placa indicativa dos setores, Material: PVC Espessura da chapa: 4mm. Tamanho da placa: A ser fornecido pela UFAC. Cores conforme layout fornecido pela UFAC. Material do desenho e dos textos: adesivo transparente espelhado, em cores. Formato das letras: o texto da placa e a fonte deverão seguir o layout fornecido pela UFAC. Tamanho das letras: variável, de acordo com layout fornecido pela UFAC e tamanho da placa. Fixação da placa por fita dupla face 3m. Prazo máximo de entrega e instalação: até 10 (dez) dias consecutivos.	M2	100	50	416,78	R\$	41.678,00
57	18961	Adesivo: 4 cores, por metro quadrado com, instalação, tiragem mínima 1 m²	M2	3000	1000	44,31	R\$	132.930,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - LOTE 02								R\$ 1.442.171,65
LOTE 03 - SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL - RIO BRANCO								
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. MAX.	QUANT. MÍN.	V. UNIT.	V. TOTAL	
58	18724	Folder tamanho A4: Papel couchê 100g impressão 4x4 cores, fotos, tiragem mínima de 50 unid.	Unid.	10000	7000	R\$ 2,69	R\$	26.900,00
59	18724	Folder tamanho A3: Papel couchê 100g impressão 4x4 cores, com fotolito, tiragem mínima de 50 unid.	Unid.	15000	12000	R\$ 3,01	R\$	45.150,00
		Cartaz tamanho A3: Papel						



60	18724	couchê 110g impressão 4x0 cores, fotos, tiragem mínima de 20 unid.	Unid.	5000	3000	R\$ 3,33	R\$ 16.650,00
61	18724	Cartaz tamanho A2: Papel couchê 110g impressão 4x0 cores, fotos, com fotolito, tiragem mínima de 20 unid.	Unid.	8000	6000	R\$ 3,98	R\$ 31.840,00
62	18724	Convite tamanho A5: Papel couchê 25g impressão 4x0 cores, fotos, com fotolito, com envelope conforme cor solicitada pelo solicitante tiragem mínima de 50 unid.	Unid.	15000	12000	R\$ 4,31	R\$ 64.650,00
63	448406	Pasta com bolsa tamanho 46x32 cm: Papel triplex (intensidade dura), impressão 4x0 cores, fotos, com fotolito, tiragem mínima 30 unid.	Unid.	12000	10000	R\$ 3,90	R\$ 46.800,00
64	18724	Bloco de anotação tamanho A5: com 20 folhas, papel sulfite 75g, impressão preto e branco, com capa, tiragem mínima 50 unid.	Unid.	16000	14000	R\$ 3,66	R\$ 58.560,00
65	18724	Filipeta tamanho 21x9cm : Papel sulfite 90g, impressão 4x0 cores, tiragem mínima 150 unid.	Unid.	50000	45000	R\$ 0,66	R\$ 33.000,00
66	18724	Calendário: com 13 lâminas impressas frente e verso no papel couchê 230g fosco tamanho 12x18cm. Base em papel triplex 300g 4x1cores, acabamento em espiral, impressão 4x4 cores, fotos, com fotolito, tiragem mínima de 200 unid.	Unid.	5000	3000	R\$ 8,72	R\$ 43.600,00
67	18724	Cartão de visita: impressão em 4x0 cores em papel coche 220g com verniz localizado, impressão mínima 150 unidades	Unid.	3000	2000	R\$ 2,27	R\$ 6.810,00
68	18724	Folder tamanho 60x20cm: Papel couchê fosco 210g impressão 4x4 cores, fotos, com fotolito, tiragem mínima de 50 unid.	Unid.	5000	4000	R\$ 10,66	R\$ 53.300,00
69	18724	Convite tamanho A4: Papel couchê com brilho 260g - impressão 4x0 cores, foto, com envelope tiragem mínima de 50 unid.	Unid.	10000	8000	R\$ 3,81	R\$ 38.100,00
70	18724	Panfleto tamanho A5: Papel sulfite 90g, impressão 4x0 cores, tiragem mínima 200 unid.	Unid.	30000	28000	R\$ 0,90	R\$ 27.000,00
71	10111	Crachá tamanho 10,5x14,8 papel couchê fosco 230g impressão 4x0 cores, fotos, tiragem mínima de 30 unid.	Unid.	20000	18000	R\$ 5,84	R\$ 116.800,00

72	259389	Caderno: tamanho 15,5x21, 5cm com 100 folhas - papel sulfite 120g, impressão frente e verso 1x1. Capa em papel couche 300g 4x0 cores, acabamento espiral, tiragem mínima de 150 unid.	Unid.	8000	6000	R\$ 20,64	R\$ 165.120,00
73	18724	Catálogo: Publicação em formato fechado 29,7 x21cm, 4x4 cores, capa em papel couchê 250g, miolo 150g, com 200 páginas e fotografia em todas elas, o que pede fotolito. O acabamento deve ser com grampo e cola quente. Tiragem mínima de 100 unidades.	Unid.	2000	1000	R\$ 130,00	R\$ 260.000,00
74	18724	Catálogo: Publicação em formato fechado 21x21cm, 4x4 cores, capa em papel couchê 250g, miolo 150g, com 100 páginas, com fotografias. O acabamento deve ser com grampo e cola quente. Tiragem mínima de 150 unidades.	Unid.	2000	1000	R\$ 44,11	R\$ 88.220,00
75	18724	Jornal: tamanho tablóide, papel jornal, com 12 a 16 paginas, fotolito, capa colorida 4x1 cores, fotos, Obs.: com a diagramação com acompanhamento da Assessoria de Comunicação da UFAC, tiragem mínima de 300 unidades.	Unid.	10000	7000	R\$ 21,89	R\$ 218.900,00
76	457218	Agenda Capa Dura, tamanho 200x275mm, Miolo com 200 páginas personalizadas no sulfite 75g, 1x1 cor, acabamento Wire-O.	Unid.	3000	1500	R\$ 40,41	R\$ 121.230,00
77	10111	Crachá no Formato: 5,4x8, 5cm, impressão frente e verso, cores: 4x4 (colorido), Substrato: PVC (0.75mm)	Unid.	300	100	R\$ 17,00	R\$ 5.100,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - LOTE 03							R\$ 1.467.730,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CERTAME							R\$ 4.482.296,00

### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

*1.3. O serviço é enquadrado como não contínuos ou contratados por escopo.*

**OU**

*1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU [o Estudo Técnico Preliminar] OU [os termos da Nota Técnica .../...];*

#### **Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. Fundamentação da contratação**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme consta das informações básicas desse termo de referência.*

2.3. A metodologia de cálculo para estimativa das quantidades encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. Descrição da solução**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

## **4. Requisitos da contratação**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Para garantir a qualidade e a eficácia dos serviços e materiais fornecidos no âmbito da contratação de empresa especializada na prestação de serviços e fornecimento de materiais para identificação visual externa e interna, bem como serviços gráficos em geral, a Universidade Federal do Acre (UFAC) estabelece os seguintes requisitos:

#### **Sustentabilidade:**

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A empresa deve adotar práticas sustentáveis em todos os processos de produção e instalação, utilizando materiais recicláveis e ambientalmente corretos sempre que possível.

4.1.2. A empresa deve comprovar a destinação adequada de resíduos gerados durante a produção e instalação dos materiais.

#### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Vistoria**

4.3. *Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

#### **Qualificação Técnica da Empresa**

4.4. A empresa contratada deve comprovar experiência na prestação de serviços similares, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por instituições públicas ou privadas.

4.5. A empresa deve possuir equipe técnica qualificada, composta por profissionais com formação e experiência em design gráfico, produção gráfica, e instalação de materiais de comunicação visual.

#### **Materiais e Equipamentos:**

4.6. Todos os materiais fornecidos devem ser de alta qualidade, duráveis e apropriados para uso interno e externo, conforme as especificações técnicas estabelecidas pela UFAC.

4.7. A empresa deve utilizar equipamentos modernos e tecnologia para a produção dos materiais gráficos, garantindo precisão, qualidade e eficiência na execução dos serviços.

#### **Especificações dos Serviços:**

4.8. Desenvolvimento de projeto visual: a empresa deve apresentar propostas de design para todos os materiais solicitados, que devem ser aprovadas pela UFAC antes da produção.

4.9. Produção e instalação de sinalização: a empresa deve garantir a produção e a instalação de placas, letreiros, totens e outros elementos de sinalização com precisão e segurança, conforme normas vigentes.

4.10. Manutenção e atualização: a empresa deve oferecer serviços de manutenção periódica dos materiais instalados e estar disponível para atualizações ou correções conforme necessário.

#### **Prazo e Agilidade:**

4.11. A empresa deve assegurar prazos de entrega compatíveis com as necessidades da UFAC, garantindo agilidade na execução dos serviços sob demanda.

4.12. É necessário estabelecer um cronograma detalhado para cada projeto, com etapas de desenvolvimento, aprovação, produção e instalação, a ser cumprido rigorosamente.

#### **Atendimento, Garantia e Suporte:**

4.13. A empresa deve disponibilizar canais de atendimento eficientes para comunicação com a UFAC, garantindo suporte técnico e atendimento ágil para resolução de quaisquer problemas ou dúvidas que possam surgir.

4.14. A empresa deve oferecer treinamento aos colaboradores da UFAC, quando necessário, para a correta utilização e manutenção dos materiais instalados. Garantia dos Serviços e Materiais:

4.15. A empresa deverá oferecer garantia dos serviços prestados e dos materiais fornecidos, conforme as normas técnicas e legislação aplicável, assegurando a qualidade e a durabilidade dos produtos.

#### **Regularidade Jurídica:**

4.16. A empresa deve estar em conformidade com todas as exigências legais e regulamentares vigentes, apresentando toda a documentação necessária para comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

4.17. A empresa deve possuir todas as licenças e autorizações necessárias para a execução dos serviços contratados.

4.18. Esses requisitos são essenciais para assegurar que a contratação atenda plenamente às necessidades da UFAC, promovendo uma comunicação visual eficaz e contribuindo para a melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A execução dos itens e serviços se dará de acordo com a necessidade da Ufac, de modo que a empresa não executará, necessariamente, toda integralidade dos quantitativos de cada um dos tipos de itens objeto do contrato. Esse quantitativo de itens poderá variar para mais ou para menos, de acordo com a necessidade específica desta IFES;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: os serviços contratados serão realizados e executados sempre sob a supervisão, coordenação e orientação da Assessoria de Comunicação da Ufac.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Universidade Federal do Acre - Campus Rio Branco (Rodovia BR 364, Km 04 - Distrito Industrial, CEP.: 69920-900, Rio Branco - AC), de segunda a sexta-feira no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Universidade Federal do Acre - Campus Floresta (Estrada do Canela Fina, Km 12, Gleba Formoso, Lote 245, Colônia São Francisco, CEP.: 69.980-000, Cruzeiro do Sul - AC), de segunda a sexta-feira no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

**Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

**6. Modelo de gestão do contrato****6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

~~6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período .....~~

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.20.2. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.2.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.2.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



7.2. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.3. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.3.1. *O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal.*

7.3.2. *A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.*

7.3.3. *A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;*

7.3.4. *Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;*

7.3.5. *O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:*

*I - o prazo de validade;*

*II - a data da emissão;*

*III - os dados do contrato e do órgão contratante;*

*IV - o período de prestação dos serviços;*

*V - o valor a pagar;*

*VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.*

7.3.6. *Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;*

7.3.7. *Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:*

*I - não produziu os resultados acordados;*

*II - deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;*

*III - deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;*

*IV - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;*

7.3.8. *Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;*

7.3.9. *Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;*

7.3.10. *Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;*

7.3.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.3.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

7.3.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.3.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.3.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.3.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 : 100) / 365 I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## Do Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades. **Devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.**

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.19. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27.1. As solicitações serão realizadas conforme demanda da UFAC, mediante comunicação formal por meio de Ordem de Serviço (OS).

7.27.2. A prestação do serviço será executada de forma parcelada e de acordo com a necessidade da UFAC.

7.27.3. Deve-se levar em consideração as especificações para a prestação de cada serviço apresentado neste Termo de Referência.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Reajuste

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme pesquisa realizada entre 18/07/2024 15:24:24 e 25/07/2024 13:11:40 (Cotação de Preço - Banco de Preços, SEI nº 1323822).

## Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.



## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **[MENOR PREÇO]**.

#### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço unitário**.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15

de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);



8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [patrimônio líquido mínimo] de 5% do [valor total estimado da contratação].

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

### **Qualificação Técnica**

8.28. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

8.29. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

~~8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente .....(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;~~

8.30.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

8.31. *Comprovação de aptidão para execução do serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

~~8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

~~8.31.1.1. ....~~

~~8.31.1.2. ....~~

~~8.31.1.3. ....~~

8.31.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.31.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.31.4. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

### **Disposições gerais sobre habilitação**

8.32. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

8.37. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.37.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.37.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.37.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.37.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.37.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.37.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

8.37.6.1. ata de fundação;

- 8.37.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 8.37.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 8.37.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 8.37.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 8.37.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 8.37.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.482.296,00

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.482.296,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil e duzentos e noventa e seis reais), conforme custos unitários apostos na [tabela acima].*

~~ou~~

~~9.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....~~

~~ou~~

~~9.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tomado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~

9.4. *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*

9.5. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):*

9.5.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.5.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

9.5.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

9.5.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

## **10. Adequação orçamentária**

### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. Infrações e Sanções Administrativas**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,05%** (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias;

11.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,05%** (cinco centésimos por cento) a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,05%** (cinco centésimos por cento) a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,05%** (cinco centésimos por cento) a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,05%** (cinco centésimos por cento) a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,05%** (cinco centésimos por cento) a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**11.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GILBERTO MENDES DA SILVEIRA LOBO**

Requisitante



*Assinou eletronicamente em 13/05/2025 às 17:56:28.*

**NATTERCIA LIMA DAMASCENO**

Integrante Requisitante

**EVERTON FIDELIS DA SILVA**

Integrante Administrativo